



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO/2006

EDUCAÇÃO E SAÚDE: QUESTÕES LEGISLATIVAS. PARANÁ, 1910-1930

Francielly Giachini Barbosa

Univesidade Federal do Paraná – UFPR.

Palavras-chave: saúde e higiene, educação e legislação.

O presente trabalho Educação e Saúde: questões legislativas. Paraná, 1910-1930 busca identificar como educação e saúde se entrelaçaram nas primeiras décadas do período da república no Paraná, sabendo que este é um momento em que os republicanos, em diálogo com idéias estrangeiras, buscavam modernizar a nação brasileira, sendo um de seus objetivos a chamada “regeneração” da população; que marcou o movimento sanitarista dos anos 1910-20 (HOCHMAN, 1998) herdeiro de demandas anteriores. Esta missão regeneradora procurou alicerces nos preceitos higienistas (muitas vezes eugênicos) e acabou por divulgá-los, principalmente, por meio das instituições educacionais.

Assim, o objetivo deste trabalho é identificar, por meio das Leis e Decretos do Estado do Paraná (1910-1930), como o Poder Público paranaense preocupou-se no início do século XX com a formação do “futuro cidadão: útil a pátria, a família, a si próprio”. Para tanto, buscou-se perceber nas fontes, aspectos de uma sociedade que se construía na base de princípios modernos e científicos, procurando captar como os atos legislativos influenciaram e foram influenciados pela interação social entre educação e saúde.

Partindo do pressuposto que a lei é a linguagem, é a expressão de múltiplas esferas, “... a lei é a linguagem da tradição e dos costumes, do ordenamento jurídico e da prática social” (FARIA FILHO, 1998, p.102), buscou-se, no decorrer desta análise, relacionar estas esferas/aspectos da legislação do Estado do Paraná no período de 1910 a 1930 referentes à articulação entre saúde e educação, entendendo-a como um dos documentos que podem contribuir decisivamente para o estudo da história da educação (RAGAZINI, 2001) . Visto que este período está inserido num contexto em que a educação e a saúde unem-se com o claro objetivo de regenerar a nação brasileira que é formada a partir dos preceitos alardeados pela república instituída no Brasil.

Assim, a pesquisa realizou-se a partir do levantamento, sistematização e transcrição das informações contidas nas Leis e Decretos paranaenses entre 1910 a 1930, tendo como meta principal o resgate de aspectos históricos em um período em que saúde/medicina e educação uniram-se de maneira singular no intento de formar o “futuro cidadão”.

A relação entre higiene e educação esteve presente nos regulamentos, Regimentos, Programas, etc. de diversos níveis e modalidades de ensino, sendo o “Regulamento Orgânico dos institutos Commerciaes” (dec. 235 de 23/04/1910), o “Regimento do Gymnásio Paranaense” (lei nº 1695 de 26/03/1917), e o “Programa de Ensino do Grupo Escolar Modelo” (dec. 42 de 19/06/1917) alguns exemplos.

Também os dois Códigos de Ensino decretados no período analisado (dec. 770 de 18/10/1915 e dec. 17 de 09/01/1917) preocuparam-se com a relação entre educação e saúde.

A tabela abaixo sintetiza a relação dos documentos pesquisados:

Ano	Data	Nº Lei ou Decreto	Título ou assunto
1910	23/04/1910	Dec. 235	Regimento Orgânico dos Institutos Commerciaes
	03/08/1910	Dec.437	Fiscalização dos Estabelecimentos de ensino subvencionados pelo estado
1911	03/04/1911	Lei 1042	Reorganização do serviço de higiene do estado
	25/03/1915	Lei 510	Disposições acerca do Ensino Público do estado
	18/10/1915	Dec. 710	Código de Ensino
1916	10/06/1916	Dec.485	Regulamento para o Serviço da Farmácia
1917	09/01/1917	Dec.17	Código de Ensino
	12/01/1917	Dec. 22	Organiza Serviço de Água e Esgoto
	26/03/1917	Lei 1695	Regimento do Ginásio Paranaense
	19/06/1917	Dec.420	Programa de ensino do Grupo Escolar Modelo
	28/09/1917	Dec.675	Regimento Interno do Ginásio Paranaense
	08/10/1917	Dec.548	Cria a Escola Profissional Feminina
	11/10/1917	Dec. 692	Serviço sanitário suspende aulas
1918	03/04/1918	Lei 1775	Requisitos para o funcionamento das escolas particulares
	05/04/1818	Lei 1780	Fundação do Instituto Disciplinar
	08/04/1918	Lei 1791	Autoriza reforma do Serviço Sanitário
	18/04/1918	Lei 1816	Regula a cobrança de taxa de água e esgoto

		Dec.437	Escola Agrônômica
	08/10/1918	Dec. 779	Cria o Serviço de Profilaxia Rural
	08/10/1918	Dec. 783	Regimento e Código do Serviço Sanitário
	08/10/1918	Dec. 783	Anexo do Regimento e Código do Serviço Sanitária
1919	11/04/1919	Lei 1896	Profilaxia da raiva
1920	06/04/1920	Lei 1991	Projeto de remodelação dos serviços de água e esgoto da Capital
		Dec. 942	Regulamento da Escola Agrônômica do paraná
1921	31/03/1921	Lei 2065	Cria o Serviço de Inspeção Médica escolar
	02/04/1921	Lei 2080	Serviço de água e esgotos
1923	23/03/1923	Lei 2189	Cria o lugar do médico auxiliar do serviço de inspeção escolar
1924	10/03/1924	Dec.135	Regulamento das escolas Normais Primárias
1925	28/03/1925	Dec.362	Internato do Ginásio Paranaense
	20/06/1925	Dec.794	Proteção aos menores abandonados
	08/10/1925	Dec. 887	Escolas Complementares
		Dec. 895	Regulamento da escola Comercial de Ponta Grossa
1928		Dec. 39	Regulamento do Laboratório do Paraná
		Dec. 424	Regimento do Hospital do Isolamento
		Dec 1283	Regimento do Instituto Comercial da Capital

Levantamento, sistematização e transcrição de documentos nos quais educação e saúde/higiene relacionam-se, a partir das Leis e Decretos do Estado do Paraná do período de 1910 a 1930.

Partindo do pressuposto que a legislação é resultado de tensões, disputas e acordos sociais, este trabalho conseguiu resgatar leis e decretos, códigos e regulamentos,¹ que possibilitaram vislumbrar como a sociedade paranaense agia e reagia em um contexto nacional marcado por idéias de transformação e construção do ‘homem nacional’ em moldes tidos como modernos. Nesse contexto diversificado, destacamos as questões educação e saúde, combinadas nesse processo que se multiplicou pelo país, ganhando ênfase significativa entre os anos 1910-30 graças ao movimento sanitarista e seus desdobramentos posteriores.

¹ Esclarecemos que a pesquisa feita na legislação de 1920 e 1921 foi realizada no **Diário Oficial do Estado do Paraná**, no entanto, faltaram alguns exemplares dos meses de julho, agosto e setembro de 1920 e do mês de janeiro de 1921; também não foi possível recuperar toda a legislação do ano de 1930.

Desta forma, foi possível identificar a relação entre práticas médico-higiênicas e instituições educacionais paranaenses (com suas lições, organização do espaço físico, tipo de mobiliário e exemplo dos mestres), bem como perceber como educar tendo como meta a vida saudável das pessoas, seu aprimoramento físico e mental, extrapolava o restrito espaço escolar (ROCHA, 2003).

Constatou-se nos documentos legislativos a tentativa, de várias formas, de tornar as instituições de educação proclamadoras exemplares da boa higiene e saúde, mas também foi possível recuperar atos legais, que a primeira vista, pareciam distantes de práticas educacionais e que, graças a uma análise detalhada, revelaram aspectos educativos por excelência, como por exemplo o Regulamento do Serviço Sanitário do Estado do Paraná e o Serviço de Profilaxia Rural.

Foi possível assim perceber aspectos significativos de discursos que se cruzavam na legislação paranaense e que embasavam o ideal de formação de um homem higienização e regenerado: o cidadão paranaense que deveria fazer parte da moderna nação brasileira então sonhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

FARIA FILHO, L. M. de. A legislação escolar como fonte para a História da educação: uma tentativa de interpretação. In: Faria Filho, L.M de, (org). **Educação, Modernidade e Civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p.89-125.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento** São Paulo: Hucitec, 1999

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista** Curitiba, Ed.UFPR, n. 18, p. 13-28, 2001.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos Costumes**. Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas: Mercado de Letras, 2003.